

XIV Salão Iniciação Científica da PUCRS

Imputação do resultado nos crimes ambientais

Bolsista: Tamires de Oliveira Garcia

Orientador: Fabio Roberto D'Avila

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Unidade: FADIR

Endereço: Av. Ipiranga, 6681 - Partenon - Porto Alegre/RS - CEP: 90619-900

A presente investigação busca analisar os critérios utilizados na imputação do resultado no âmbito dos crimes ambientais (Lei nº 9.605/98). A pesquisa será dividida em três partes: a) serão trazidos os fundamentos de teoria geral do delito, à luz dos princípios constitucionais; b) analisar-se-ão os critérios de imputação, bem como a técnica de tutela adotada pelo ordenamento jurídico-penal brasileiro no âmbito do *direito penal ambiental*; c) realizar-se-á uma análise da jurisprudência do Estado do Rio Grande do Sul, verificando os critérios de imputação utilizados nas decisões. O objetivo da pesquisa é realizar um diagnóstico crítico dos critérios de imputação utilizados - nos crimes ambientais - pela jurisprudência do Estado do Rio Grande do Sul.

Nos crimes ambientais, a análise depende necessariamente do contexto em que a conduta está inserida. O meio ambiente, em si, estabelece relações de funcionamento em que as estruturas são interdependentes. Assim, em um determinado contexto, é a conjugação destas estruturas aliadas à conduta punível que oferece perigo ao bem jurídico. Parte-se da hipótese que há a necessidade em se estabelecer um critério positivo mínimo de verificação da ofensividade, qual seja, a *possibilidade* não insignificante de dano ao bem jurídico. Essa compreensão é apresentada como ofensa de *cuidado-de-perigo*, em que a relação *onto-atropológica* de cuidado é violada de tal forma que afete a tranquilidade existencial do bem jurídico, interferindo na sua esfera de manifestação.

Assim, em consideração à referida hipótese, pretende-se analisar os critérios utilizados na imputação do resultado nos crimes ambientais na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, bem como as consequências da sua aplicação, especialmente no que tange aos princípios constitucionais e sua conformidade com o ordenamento jurídico-penal brasileiro.

Palavras-chave: critérios; imputação; direito penal ambiental.